AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

O BRASIL NO MERCADO MUNDIAL DA SOJ

VOL. 5 – Nº 5 MAIO DE 1981

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO
DE ECONOMIA

ESCOLA ADM EMPRESAS - SP
BIBLIOTECA KARL BOEDECKER
AV 9 DE JULHO 2029 10. AND
01313 SAO PAULO SP

E066

PERIODICOS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

COORDENADOR Tito Bruno Bandeira Ryff

QUADRO TÉCNICO E ÁREAS DE INTERESSE

Fatores de Produção; Infraestrutura; Sistema de Safras	Bruno Marcus Rangel Pessanha
Mandioca; Cana-de-Açúcar; Serviço de Dados Básicos	Francisco Antônio da Fonseca Meneses
Agroindústria; Algodão	Inês Teresa Lyra Gaspar da Costa
Olericultura; Fruticultura	Iracema Bouzas Pessôa
Animais de Pequeno e Médio Portes; Feijão; Serviço de Cadastro	Irene Raguenet Troccoli
Milho; Sorgo; Rações; Pecuária Bovina	Ivan Wedekin
Oleaginosas; Trigo; Metais Preciosos	Leila Tendrih de Freitas Almeida
Editoração; Arroz; Cevada; Mamona	Fernando Roberto de Freitas Almeida
Moeda e Crédito; Fumo; Café	Régis Norberto da Cunha Alimandro
Cacau; Comércio Exterior	Rui Melo de Carvalho

QUADRO DE APOIO

Diagramação; Composição; Montagem; Arte-Final	Emerson da Silva Martins
Secretária	Jorgina Leite Lemos
Mensageiro	José de Oliveira Melo Júnior
Serviço de Documentação	Maria Eunice Rocha
Datilógrafa	Suely Diniz da Costa
Estagiários	Benjamin Grosskopf
	Claudia Rodrigues Campos
	Deborah de Almeida Lima
	Francisco Waldir Pires de Souza Filho

"Agroanalysis" é uma publicação do Grupo de Informação Agrícola do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, editada com apoio do Banco Central.

Agroanalysis, v.I – , n. 1 –; 1977 –
Rio de Janeiro, Grupo de Informação Agrícola
v. ilust. 30 cm Mensal (jan. a dez.)

1. Agricultura – Periódicos. I. Grupo de Informação Agrícola

CDU 631 (05)

Grupo de Informação Agrícola
Av. Gomes Freire, 647 – 10º – ZC-58
Fones: 232-5001, 232-6827, 232-8678 e 232-2548
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.000 – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

AGROANALYSIS

FUNDAÇAO
GETÚLIO VARGAS

Instituto Brasileiro de Economia

ÍNDICE

Páginas

Análise

O Brasil no Mercado
Mundial da Soja* 3

Comentários

Açúcar 13

Algodão. 14

Arroz 19

Café 21

Feijão 22

NOTA DA EDIÇÃO

O destaque especial deste número de **Agroanalysis** *é o mercado de* **soja.**

As exportações mundiais de oleaginosas (medidas em equivalente-farelo) praticamente duplicaram entre 1969 e 1978. A ampliação do consumo de derivados da soja, devido a características intrínsecas dos produtos ou a razões de atratividade dos preços, respondeu pela quase totalidade desse aumento, que beneficiou principalmente os EUA e o Brasil. O acirramento da competitividade entre os dois países foi, de certa forma, evitado pela vertiginosa expansão do consumo mundial de soja. O Brasil penetrou fortemente no mercado de farelos, provocando até mesmo o deslocamento do país concorrente de mercados tradicionais, como a Holanda e a Polônia. As perdas sofridas pelos EUA no mercado de farelos foram mais do que compensadas pelo crescimento das exportações de grãos: em termos totais, os EUA ocuparam 50% do crescimento do mercado de soja, enquanto o Brasil contentou-se com 25%, no período considerado.

A análise dos fatores dinâmicos do mercado interno de soja revela um traço particularmente interessante quanto ao seu delineamento no médio prazo: o gradativo deslocamento do conflito "mercado doméstico versus exportação" da área do óleo para a do farelo. A **análise** *detecta a perspectiva de um crescimento mais acentuado do mercado interno de farelo, relativamente ao de óleo, dentro de um contexto de uma ampliação mais lenta da área plantada com a soja. Recomenda-se, pois, um adequado enquadramento da intervenção governamental, mormente nas políticas de incentivo à produção e à remuneração dos agricultores. A maior competitividade pelo farelo poderá representar um duplo efeito negativo: a inflação de custos sobre a atividade pecuária e a redução da receita cambial do país.*

Esta edição de **Agroanalysis** *também apresenta, a partir da página 13, cinco comentários sobre produtos agrícolas, abordando aspectos relativos, tanto ao comércio exterior brasileiro, como ao suprimento de alimentos à população.*

O mercado internacional de **açúcar**, *comentado nesta edição, persiste em baixa desde outubro do ano passado, apesar da previsão de que o ano de 1981 ainda registrará um déficit de oferta da ordem de 3,1 milhões de t. Para o Brasil, a conclusão superveniente é a necessidade de uma adequada estratégia para a estabilização de preços, fundamentada em um processo dinâmico de variação na oferta de açúcar, pela faculdade de utilização da cana-de-açúcar para a produção de álcool.*

No mercado de **algodão**, *também objeto de comentário neste número, algumas medidas de ordem financeira e fiscal foram tomadas em meados de março último, objetivando a recuperação dos preços do produto. Os resultados são de eficácia duvidosa, pois o mercado registra uma forte influência do volume excedente previsto (equivalente à produção total do Nordeste) e pela retração do volume industrial de compras. Para os produtores meridionais, a possibilidade de auferirem uma receita mais atraente estará na dependência do sucesso do país na colocação de seu superavit no exterior e da confirmação de quebra na produção nordestina.*

No caso do **arroz**, *a existência de um apreciável volume de estoque remanescente da temporada passada (cerca de 1,6 milhão de t) deverá ser suficiente para compensar a quebra de safra verificada nos estados nordestinos e centrais. A análise do balanço oferta/demanda do cereal desaconselha exportações do produto e realça a necessidade de garantir a rentabilidade do segmento produtivo, sob pena de comprometer a oferta futura do cereal.*

Quanto ao **café**. *pairam as expectativas referentes à definição das políticas de preços de garantia e de aquisição do produto pelo Instituto Brasileiro do Café, numa conjuntura em que as autoridades governamentais envidam esforços para um controle mais rígido da expansão da base monetária. Na verdade, o pano de fundo da problemática cafeeira é a erosão dos preços no mercado internacional, reforçada pela previsão de um novo recorde da produção brasileira de 1981/82 (32,1 milhões de sacas, segundo o IBC).*

O comentário final deste número esboça os contornos de mais uma crise no abastecimento de **feijão**. *A atual época do ano é relativamente propícia para uma melhor definição da situação do suprimento da leguminosa, pois a safra do Centro-Sul já se encontra em fase final de colheita e se têm melhores condições de prognosticar o desempenho da produção nordestina. As últimas estimativas de safra analisadas pelo* **GIA** *dão conta de que, dificilmente, a produção nas duas safras principais será suficiente para atender ao consumo do país, estimado em 2,5 milhões de t. Por outro lado, as metas traçadas no programa de plantio para uma terceira safra (200 a 250 mil t) são, na verdade, bastante otimistas, levando-se em conta as limitações naturais para uma expansão da produção no curto prazo.*

O BRASIL NO MERCADO MUNDIAL DA SOJA*

A EXPANSÃO DO CONSUMO MUNDIAL DA SOJA E DE SEUS DERIVADOS A PARTIR DO FIM DA DÉCADA DE 60 FUNDAMENTOU-SE NA NECESSIDADE DE DIVERSOS PAÍSES, DE ALIMENTOS DE ELEVADO TEOR PROTEÍNICO. A ESTA NECESSIDADE, O FARELO DE SOJA, ELEMENTO DINÂMICO DO COMPLEXO DA LEGUMINOSA, RESPONDEU MUITO BEM. A PARTILHA DO MERCADO INTERNACIONAL, AS POLÍTICAS DESENVOLVIDAS PELO GOVERNO BRASILEIRO NESTE SETOR E SUAS CONSEQUÊNCIAS, TANTO EXTERNA COMO INTERNAMENTE. SÃO ANALISADAS NESTE TRABALHO.

Nos primeiros anos da década de 70, o mercado mundial da soja e seus derivados experimentou rápido crescimento. Em apenas cinco anos, entre 1969 e 1974, as exportações totais do produto *in natura* e na forma de farelo cresceram 100%, conforme indicado no Quadro 1.

Além disso, praticamente todo o acréscimo nas exportações mundiais de oleaginosas, medidas em equivalente-farelo[1], se deveu ao expressivo aumento das vendas de soja que, entre 1969 e 1978, foi responsável pelo crescimento de 94% verificado na exportação mundial de oleaginosas. Este fato pode ter sido conseqüência de preços vantajosos dos derivados de soja em relação aos seus substitutos, ou da preferência dos consumidores, em razão de características específicas dos produtos.

No tocante ao mercado de tortas, contudo, o Quadro 2 mostra não só que a relação de preços, no início da década de 70, era desfavorável ao derivado da soja, como, também, que a evolução posterior das cotações não se processou no sentido de inverter ou, sequer, reduzir essa relação.

Já no que diz respeito aos óleos, a situação é algo diferente. De acordo com o Quadro 3, o óleo de soja era, no começo dos anos 70, mais barato do que a maioria dos seus substitutos e o mercado evoluiu de forma a torná-lo cada vez mais competitivo em relação aos óleos de girassol e de palma, por exemplo, que ocupam, respectivamente, o segundo e o terceiro lugares no consumo mundial. Este fato certamente contribuiu para favorecer o crescimento da participação do óleo de soja no mercado mundial de óleos vegetais. É interessante ressaltar, no entanto, que essa expansão não se deu em detrimento dos óleos de maior participação no mercado como aqueles derivados da palma, do algodão, do girassol ou do amendoim, mas, sim, em prejuízo dos demais óleos vegetais e das gorduras de origem animal.

Além disso, no processo de expansão do consumo de soja, o elemento dinâmico parece ter sido a demanda de farelos proteínicos[2], cujos preços, como foi visto, não evoluíram favoravelmente

[1] Isto é, foram somadas as exportações de farelo e a de grãos, sendo que para este último procedeu-se a transformação da quantidade de grãos para o seu rendimento em farelo.

[2] Na última década, o consumo mundial de farelos proteínicos cresceu a uma taxa média anual de 6,0% contra 3,4% para o consumo de óleos.

Agroanalysis, 5(5): 3-12, maio/1981

QUADRO 1

MUNDO: Total das Exportações de Oleaginosas (grãos e farelos) Medidas em Quantidades Equivalentes de Farelo
(1.000 t)

Anos	Soja	Outras Oleaginosas (*)	Total	Participação da Soja no Total (em %)
1969	10.761	9.634	20.395	52
1970	14.317	9.654	23.971	59
1971	14.846	9.733	24.569	60
1972	15.757	10.179	25.936	60
1973	18.335	8.266	26.601	68
1974	20.689	7.409	28.098	73
1975	20.089	7.516	27.605	72
1976	24.864	8.968	33.832	73
1977	25.831	8.696	34.527	74
1978	30.487	9.169	39.656	76

(*) Inclui: amendoim, caroço de algodão, girassol, colza, copra, côco, linhaça e farelo de peixe.
FONTE: "Feedstuffs" de 14/01/80.

ao derivado da soja. Essa afirmativa pode ser corroborada pela constatação de que o preço da unidade de proteína contida no farelo de soja era mais alto, no começo da década de 70, do que no caso das demais oleaginosas (ver Quadro 4). Portanto, o comportamento dos preços, por si só, não é capaz de explicar a participação crescente dos derivados de soja no mercado internacional.

Na verdade, o rápido crescimento do consumo de derivados de soja decorre certamente de fatores vinculados a sua produção e comercialização, assim como de características específicas desses produtos.

Do ponto de vista do aproveitamento industrial, a expansão da soja, em detrimento de seus substitutos, pode encontrar explicação no fato de que a moagem da leguminosa rende 78% de farelo e apenas 18% de óleo, enquanto o girassol, o amendoim e a colza, seus principais concorrentes, possuem rendimento de óleo em torno de 40%, o que reduz substancialmente a quantidade produzida de farelo, a partir do esmagamento dessas oleaginosas. Como o mercado de farelos proteínicos estava em rápida expansão, é natural que os esmagadores tenham dado preferência à soja, uma vez que a venda do farelo obtido por unidade de grão desta oleaginosa já garantia a cobertura de cerca de 70% do custo de aquisição da matéria-prima.

Sob o prisma do consumidor, por outro lado, o farelo de soja apresentava as vantagens de um alto teor proteínico[3] e de uma proteína de alto valor nutritivo, em razão de sua composição de aminoácidos essenciais. É bem verdade, no entanto, que o farelo de amendoim possui teor proteínico algo superior ao da soja, embora sua proteína não tenha o mesmo valor nutritivo. Em compensação, os riscos de contaminação do farelo com o *Aspergillus flavus* são relativamente elevados. Nos Estados Unidos, entre 1968 e 1975, cerca de 2,5%, em média, da produção de amendoim foram rejeitados para a fabricação de óleo comestível, não obstante os limites de tolerância, nesse caso, serem

[3] No caso da soja brasileira, este teor pode alcançar 46% ou, mesmo, 47%.

QUADRO 2

OLEAGINOSAS: Comparação entre os Preços das Diversas Tortas no Mercado Internacional 1968-78

Anos	Torta de Soja/ Torta de Girassol	Torta de Soja/ Torta de Amendoim	Torta de Soja/ Torta de Colza
1968	1,45	1,05	1,43
1969	1,43	1,14	1,50
1970	1,47	1,13	1,26
1971	1,42	1,08	1,41
1972	1,33	1,23	1,49
1973	1,18	1,18	1,42
1974	1,75	1,26	1,34
1975	1,42	1,43	1,25
1976	1,46	1,51	1,25
1977	1,45	1,09	1,33
1978	1,42	1,01	1,23

NOTA: Foram considerados os preços médios para exportação (FOB) no principal país exportador: EUA, para a soja, Senegal, para o amendoim, França, para a colza, e Argentina, para o girassol.
FONTE: FAO TRADE YEARBOOK – 1973, 1976 e 1978.

relativamente altos, pois a presença de aflatoxina é substancialmente reduzida durante o processo de refinamento. No tocante ao farelo, contudo, as exigências são mais sérias (ver "Jornal da Armazenagem" – ano 2 – nº 7, pág. 5 – Centreinar – Cibrazem). O plantio de amendoim, por outro lado, acha-se em retração em vários países, em função de dificuldades ligadas à mecanização da colheita e de problemas fitossanitários vinculados à produção e armazenagem desta leguminosa.

A DIVISÃO DE MERCADOS ENTRE OS EUA E O BRASIL

O Brasil e os EUA foram os dois grandes beneficiários do rápido crescimento do mercado mundial de soja. Entre 1969 e 1978, as exportações mundiais de grãos e farelo, medidas em equivalente-farelo, passaram de 10,761 milhões de t para 30,487 milhões de t. Cerca de 75% deste aumento provieram das exportações desses dois países. As vendas norte-americanas representaram 50% dessa expansão e as brasileiras, 25%.

À primeira vista, portanto, a expansão vertiginosa do consumo mundial evitou o surgimento de uma competição acirrada entre os dois maiores produtores mundiais, que seria inevitável num mercado menos dinâmico. A análise dos mercados específicos, no entanto, mostra que o crescimento das exportações brasileiras não resultou apenas das novas oportunidades criadas pelo aumento do consumo. Houve, em alguns casos, deslocamento dos EUA em mercados em que eram fornecedores tradicionais de farelos. Essas perdas, contudo, como será demonstrado mais adiante, foram mais do que compensadas pela expansão das vendas de grãos para outros países.

O Quadro 5 mostra que, no período 1971/80, as exportações brasileiras de farelo aumentaram em cerca de 4,2 milhões de t. Esse progresso foi alcançado, sobretudo, graças à expansão das vendas à Holanda, à França, à Polônia e à República Federal

QUADRO 3

ÓLEOS VEGETAIS: Comparação entre os Preços dos Diversos Óleos no Mercado Internacional
1968-78
(em US$/t)

Ano	Óleo de Soja/ Óleo de Côco	Óleo de Soja/ Óleo de Amendoim	Óleo de Soja/ Óleo de Oliva	Óleo de Soja/ Óleo de Palma	Óleo de Soja/ Óleo de Girassol
1968	0,74	0,84	0,33	1,60	1,11
1969	0,94	0,78	0,36	1,70	1,17
1970	0,98	0,89	0,43	1,32	1,19
1971	1,22	0,84	0,47	1,43	1,05
1972	1,65	0,86	0,35	1,61	0,98
1973	1,14	0,86	0,31	1,44	0,98
1974	0,75	0,67	0,37	1,37	1,01
1975	2,02	1,02	0,41	1,57	1,01
1976	1,36	0,68	0,36	1,31	0,79
1977	1,07	0,72	0,45	1,09	0,85
1978	1,00	0,69	0,44	1,09	0,86

NOTA: Foram considerados os preços médios para exportação (FOB) no principal país exportador: EUA, para a soja, Senegal, para o amendoim, Filipinas, para o côco, Tunísia, para a oliva e Malásia (península) para a palma.
FONTE: FAO TRADE YEARBOOK – 1973, 1976 e 1978.1.

da Alemanha. Juntos, esses quatro países absorveram 67% do aumento das exportações verificado no período. Como resultado, em dois desses mercados, o francês e o alemão, a expansão brasileira provocou claramente uma queda das vendas de farelo por parte dos Estados Unidos (v. Quadro 6).

A penetração brasileira teve como resultado, ainda, o fato de que, mesmo em países em que se registrou expansão das exportações norte-americanas — como a Holanda e a Polônia — o Brasil passou a ocupar o primeiro lugar como fornecedor de farelo de soja, posição que pertencia, no início da década de 70, aos EUA.

Em contrapartida, as exportações brasileiras de grãos diminuíram durante o período em exame. Esse resultado decorreu, até certo ponto, de uma retração espontânea do Brasil com relação a esse mercado, resultante da política de incentivos à exportação de manufaturados adotada pelo país.

De uma maneira geral, no entanto, as perdas sofridas pelos EUA no mercado de farelos foram amplamente compensadas pelo crescimento das exportações de grãos (v. Quadro 7). No período 1971-80, esse crescimento foi da ordem de 6,2 milhões de t, superior à expansão registrada na venda de farelo pelo Brasil no mesmo período[4].

Dentre os países importadores que mais contribuíram para esse crescimento das vendas de grãos dos EUA, destacam-se a Holanda, a URSS, o Japão e a Espanha. A Holanda constitui, portanto, o exemplo de um mercado extremamente dinâmico em que o Brasil beneficiou-se do aumento da demanda por farelo, enquanto os EUA tiraram proveito das novas oportunidades para a exportação de grãos.

Vale notar, ainda, que os EUA souberam expandir consideravelmente as suas exportações de grãos para os mercados de menor dimensão, como demonstra a variação nas vendas registradas sob a rubrica "Outros" do Quadro 7.

[4] O total de 6,2 milhões de t, correspondente ao aumento das exportações norte-americanas de grãos, equivale a 4,8 milhões de t de farelo em termos industriais, mas representa um valor comercial bem superior.

QUADRO 4

MUNDO: Preço da Unidade de Proteína Obtida a Partir de Cada Farelo das Diversas Oleaginosas

Ano	Soja (45% de proteína)	Amendoim (48% de proteína)	Algodão(a) (38% de proteína)	Girassol (37% de proteína)	Colza (34% de proteína)
1968	2,05	1,83	–	1,71	1,89
1969	2,01	1,66	1,91	1,71	1,77
1970	2,09	1,73	2,14	1,72	2,18
1971	2,17	1,89	2,09	1,86	2,04
1972	2,51	1,92	2,60	2,30	2,23
1973	4,70	3,74	4,94	4,84	4,37
1974	4,35	3,25	3,60	3,03	4,30
1975	3,75	2,45	3,47	3,21	3,96
1976	3,95	2,46	4,59	3,29	4,17
1977	4,94	4,24	4,84	4,13	4,92
1978	4,35	4,06	4,26	3,74	4,71

(a) a partir da série de preços do "Commodity Yearbook".
NOTA: O cálculo foi feito a partir do preço do farelo dividido pelo teor de proteína.
FONTE DOS DADOS BRUTOS: Fao Trade Yearbook.

Durante a década de 70, os países que se destacaram como grandes importadores de grãos e farelo foram, portanto, a República Federal da Alemanha, Japão, Holanda, França, Espanha, URSS e Polônia. Esse crescimento da demanda derivou, como já foi assinalado, do maior uso das técnicas de confinamento e da expansão do rebanho bovino, condição necessária para atender às exigências de maior consumo de carne das populações desses países. É provável, no entanto, que esses fatores se manifestem com menor intensidade nos próximos anos; circunstância em que a concorrência entre Brasil e EUA, maiores produtores e exportadores de soja e derivados, tenderia a se acirrar.

OS FATORES DINÂMICOS NO MERCADO INTERNO

O rápido crescimento da produção de soja no Brasil só foi possível graças à presença de dois fatores que influenciaram fortemente a demanda: a procura por farelo para a exportação e o crescimento do consumo doméstico de óleo[5]. As vendas externas de farelo que, em 1969, alcançaram apenas 295 mil t, superaram, em 1980, as 6 milhões de t. Por outro lado, o consumo doméstico de óleo de soja passou de 169 mil t, em 1970, para quase 1,5 milhão de t, em 1980.

É fato que, nesse mesmo período, o consumo interno de farelo também se expandiu rapidamente, assim como as exportações de óleo de soja. Contudo, pela sua dimensão, foram o mercado interno de óleo de soja e a demanda externa por farelo que viabilizaram o impressionante crescimento do cultivo da soja no Brasil.

Essa situação, no entanto, foi registrando gradativa alteração ao longo da década, fenômeno que deverá persistir nos próximos anos. É interessante observar, por exemplo, que a relação entre o volume exportado de farelo e o consumido internamente, depois de um período de crescimento, revela nítida tendência a cair. Isto se deve ao fato de

[5] A demanda externa por grãos, como apontado anteriormente, foi praticamente insignificante como elemento motor do crescimento da produção.

QUADRO 5

BRASIL: Exportações de Farelo de Soja para Mercados Específicos
1971-1980

Países	Média do Período 1971-73 (em mil t)	Média do Período 1978-80 (em mil t)	Variação (em mil t)
Alemanha Ocidental	300	743	443
Alemanha Oriental	–	–	–
Bélgica-Luxemburgo	52	72	20
Bulgária	59	16	- 43
Checoslováquia	–	10	10
Cingapura	2	193	191
Espanha	125	88	- 37
França	29	833	804
Hungria	43	148	105
Itália	101	374	273
Iugoslávia	69	174	105
Holanda	285	1.416	1.131
Polônia	79	529	450
Portugal	–	–	–
Romênia	–	30	30
Outros	141	845	704
TOTAL	1.285	5.471	4.186

FONTE: Cacex, MF.

que, nos últimos três anos, a taxa de expansão do consumo doméstico esteve próxima de 20%. No tocante ao óleo, por outro lado, a relação entre o mercado interno e a exportação evoluiu de 12,9, no começo da década, para 2,2 no final dos anos 70.

No entanto, o mercado doméstico de óleo ainda é o fator crítico na política de abastecimento interno, uma vez que, para cada tonelada de óleo de soja consumida internamente, o mercado doméstico absorve, atualmente, apenas 1,66 t de farelo de soja, enquanto a relação técnica de produção é de 4,33 toneladas de farelo para 1 tonelada de óleo. Essa situação poderá se alterar parcialmente, contudo, a partir de uma desaceleração do mercado interno de óleo com base em três fatores principais:

1) o relativo esgotamento do processo de substituição da gordura animal e dos óleos vegetais tradicionais pelo óleo de soja;

2) a desaceleração do ritmo de urbanização do país e da taxa de expansão demográfica;

3) o crescimento mais lento da renda *per capita* da população.

QUADRO 6

EUA: Exportações de Farelo de Soja para Mercados Específicos
1971-1980

Países	Média do Período 1971-73 (em mil t)	Média do Período 1978-80 (em mil t)	Variação (em mil t)
Alemanha Ocidental	1.068	867	- 201
Bélgica-Luxemburgo	262	33	- 229
Bulgária	—	—	—
Canadá	254	345	91
Checoslováquia	127	129	2
Espanha	88	217	129
França	790	229	- 561
Itália	504	631	127
Hungria	110	—	- 110
Japão	165	247	82
México	43	145	102
Holanda	383	632	249
Polônia	254	346	92
Reino Unido	61	70	9
URSS	—	9	9
Venezuela	50	192	142
Iugoslávia	214	100	- 114
Outros	797	1.202	405
TOTAL	5.170	5.394	224

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Commodity Yearbook.

Há indicações, além disso, de que a demanda interna por farelo de soja deverá crescer, daqui por diante, mais rapidamente do que as exportações, o que também deverá contribuir para deslocar gradativamente o conflito ***mercado doméstico versus exportação*** da área do óleo para a do farelo.

Sobretudo porque o mercado brasileiro de farelo, ao contrário do mercado internacional, deverá continuar crescendo em ritmo relativamente rápido, em função de fatores como:

1) a expansão da produção de animais de pequeno porte (suínos e aves), embora a taxas inferiores às registradas na década de 70;
2) a possibilidade de uma melhoria tecnológica na criação bovina no sul do país, elevando a demanda por rações e grãos forrageiros.

Além disso, o expressivo crescimento das exportações brasileiras de farelo deve-se, em grande parte, ao fato de que o Brasil era, no início da década de 70, um exportador de pequenas proporções

no mercado mundial. Atualmente, o Brasil acha-se a ponto de ultrapassar os EUA na exportação de farelo, fato que ocorreu apenas uma vez, em 1977, após violenta quebra na safra norte-americana. Tornar-se-ia, desta forma, o maior exportador mundial. Sendo assim, o crescimento das exportações brasileiras tende, doravante, a acompanhar mais de perto o ritmo de expansão do mercado mundial.

A perspectiva, portanto, é de que o conflito entre o abastecimento do mercado interno e a maximização das exportações tenderá a se agravar no tocante à comercialização do farelo. Esse quadro é inquietante, sobretudo porque se faz acompanhar de uma tendência a um crescimento mais lento da produção de grãos. Essa redução no ritmo de aumento da produção já começa a se fazer notar, tendo em vista que, no sul do país, as terras mais aptas ao plantio da leguminosa já se acham ocupadas e que o cultivo da soja no Brasil já atingiu níveis de produtividade satisfatórios, que só poderão ser significativamente aumentados mediante a descoberta de novas variedades mais produtivas.

É evidente que essas novas tendências têm implicações sérias para a política de comercialização da soja e de seus derivados, como se procurará demonstrar a seguir.

OS MECANISMOS DE INTERVENÇÃO

A intervenção do governo na comercialização da soja e de seus derivados tem geralmente por objetivo estabelecer um certo grau de isolamento entre o mercado externo e o mercado doméstico, a pretexto de defender o consumidor nacional contra altas excessivas de preços. Por essa razão, ela deveria ocorrer apenas em ocasiões em que se registrasse alta significativa dos preços no mercado internacional e/ou quebra da safra nacional. Não é, todavia, o que vem ocorrendo. A preocupação constante com o abastecimento interno e o custo de vida transformaram a intervenção governamental praticamente numa rotina.

Na prática, o governo tem utilizado três instrumentos de política econômica com essa finalidade: as quotas de exportação, o imposto de exportação (ou confisco cambial) e o tabelamento. É interessante examinar a racionalidade implícita na escolha de cada um desses instrumentos e o uso que deles tem sido feito no caso do Brasil.

As *quotas de exportação* contribuem para a estabilização interna dos preços ao aumentarem a oferta doméstica do produto. Em conseqüência, o governo perde receita cambial em troca de uma elevação menos rápida dos preços no mercado interno. Sobretudo porque, no caso dos derivados de soja, as quantidades não exportadas constituem uma parcela mínima do mercado mundial e não têm o menor efeito sobre as cotações internacionais.

O *imposto de exportação* produz aproximadamente os mesmos efeitos do sistema de quotas de exportação. Assim como as quotas, ele deprime o preço no mercado interno. O imposto é pago, em última instância, pelo produtor rural, via achatamento, em cadeia, dos preços. Possui para o governo, contudo, a vantagem indireta de gerar uma receita orçamentária extra.

O *tabelamento*, finalmente, é uma tentativa de conter os preços no mercado interno de forma artificial e, adotado isoladamente, não resulta em perda de divisas para o país.

As três medidas têm, em comum, o fato de penalizarem indiretamente o produtor agrícola,ao provocarem a contenção dos preços domésticos dos derivados da soja. Isto porque a indústria e os intermediários procuram preservar sua margem, transferindo para o produtor rural uma boa parcela do ônus decorrente da intervenção governamental.

É interessante notar que, no Brasil, o uso desses instrumentos nem sempre é feito de forma coerente. Por exemplo, a instituição de quotas de exportação dispensa, pelo menos em tese, o recurso ao tabelamento. No Brasil, no entanto, as duas medidas têm sido adotadas simultaneamente. Talvez porque, de fato, a intenção primeira do governo seja impor o tabelamento, ou seja, fixar o preço num patamar que contribua para a reversão das expectativas inflacionárias. A partir daí, a lógica se inverte, pois, embora o sistema de quotas, quando efetivo, prescinda do tabelamento como mecanismo de contenção dos preços, o tabelamento, caso seja rigoroso, exige, em contrapartida, a instituição de um sistema de quotas ou a instituição de um imposto de exportação como forma de garantir o abastecimento do mercado interno.

O imposto de exportação, por outro lado, só cumpre sua função de garantir o suprimento do mercado doméstico, caso funcione efetivamente como instrumento de equalização dos preços do mer-

QUADRO 7

EUA: Exportações de Grãos para Mercados Específicos
1971-1980

Países	Média do Período 1971-73 (em mil t)	Média do Período 1978-80 (em mil t)	Variação (em mil t)
Alemanha Ocidental	1.629	1.442	- 187
Austrália	18	26	8
Bélgica-Luxemburgo	246	428	182
Bulgária	—	—	—
Canadá	828	343	- 485
Checoslováquia	2	1	- 1
Dinamarca	418	385	- 33
Espanha	1.090	1.540	450
Formosa	581	931	350
França	359	615	256
Israel	350	393	43
Itália	720	863	143
Japão	2.968	3.657	689
Noruega	222	249	27
Holanda	2.264	4.036	1.772
Polônia	112	117	5
Reino Unido	244	576	332
Iugoslávia	—	178	178
URSS	291	1.042	751
Outros	679	2.441	1.762
TOTAL	13.021	19.263	6.242

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Commodity Yearbook.

cado interno e do mercado internacional. No entanto, no começo de 1977, quando foi instituído um imposto de exportação da ordem de 7%, o seu valor não cobria a diferença entre a cotação internacional e o preço interno. Desta forma, o imposto não preenchia a função para a qual deveria ter sido criado originariamente, caracterizando-se, apenas, como um confisco sobre as exportações de soja.

A intervenção governamental, que talvez pudesse ser vista como um mal necessário, uma vez que é o instrumento de que dispõe o governo para tentar conciliar o ingresso de divisas no país com o objetivo de controlar a inflação interna, acaba por exigir, da ação governamental, uma agilidade de que nem sempre ela é capaz. Sendo assim, além do custo inerente às medidas de restrição às exportações (redução na arrecadação de divisas do país e queda na remuneração do produtor) existem outros que derivam da dificuldade de se administrarem sistemas desse tipo com a necessária rapidez e eficiência.

Os acontecimentos de 1977 mostram que esses custos, por vezes, podem ser consideráveis. A instituição do confisco cambial, no início do ano, para impedir a elevação dos preços internos ao nível da paridade internacional, foi imediatamente seguida por dois meses de cotações em movimento descendente, vindo a ser finalmente revogada quando os preços já tinham caído violentamente e se achava próxima à entrada da safra norte-americana. Desta forma, o Brasil vendeu ao exterior, entre março e julho, quando as cotações internacionais ainda estavam altas, uma média mensal de apenas 320 mil t de farelo a um preço que variou entre US$ 234/t e US$ 293/t. Nos últimos três meses do ano, no entanto, quando as cotações internacionais se achavam mais baixas, o país exportou uma média mensal de 592 mil t de farelo, a preços que variaram entre US$ 162/t e US$ 170/t. É que, em geral, a criação de um imposto de exportação tem um efeito inibidor sobre as exportações maior do que o esperado. Esse efeito inibidor decorre da expectativa que se difunde de que o imposto poderá ser eliminado a qualquer momento.

No entanto, ao que tudo indica, o sistema de quotas, além de atender à necessidade de assegurar o suprimento do mercado interno no que diz respeito aos derivados de soja, cumpre a função adicional de garantir o suprimento de grãos para a indústria, cuja capacidade de esmagamento supera em muito a oferta doméstica da oleaginosa. Aferidas em termos de parcela da produção total, as quotas de exportação revelam-se fortemente restritivas para os grãos, bastante restritivas para o óleo e moderadamente restritivas para o farelo. Sendo assim, a repartição das quotas contribui para agravar a distorção de mercado que decorre da existência mesma do sistema de quotas e que resulta em prejuízo para o agricultor.

Não é preciso ressaltar o risco que a permanência de um sistema deste tipo representa para a rentabilidade futura da lavoura, principalmente tendo em vista que, já a partir da próxima safra, deverá ocorrer uma redução no percentual de subsídio embutido no crédito rural e uma elevação da parcela do custo de produção a ser financiada pelo próprio agricultor. O conjunto dessas medidas pode exercer um efeito desestimulante sobre as intenções de plantio dos produtores.

Na realidade, já se nota um crescimento mais lento da área plantada com soja no sul do país. No entanto, para manter a participação do Brasil no mercado mundial e garantir a satisfação da demanda interna por farelo, há necessidade de assegurar uma taxa satisfatória de aumento da produção de grãos. Este objetivo não poderá ser alcançado, no entanto, se a remuneração do produtor for sistematicamente comprimida.

* **trabalho elaborado por Leila T. F. Almeida e Tito B. B. Ryff, com a participação de Fernando R. F. Almeida, Rui M. Carvalho e Teresa R. Pereira.**

COMENTÁRIOS

AÇÚCAR

Fundamentos do mercado não explicam, sozinhos, a queda dos preços

A tendência acentuada de baixa dos preços do açúcar no mercado internacional vem-se prolongando desde novembro do ano passado. De acordo com a média mensal de preços publicada pela Organização Internacional do Açúcar, entre outubro de 1980 e abril do corrente ano, as cotações sofreram uma redução de 55% em seu valor.

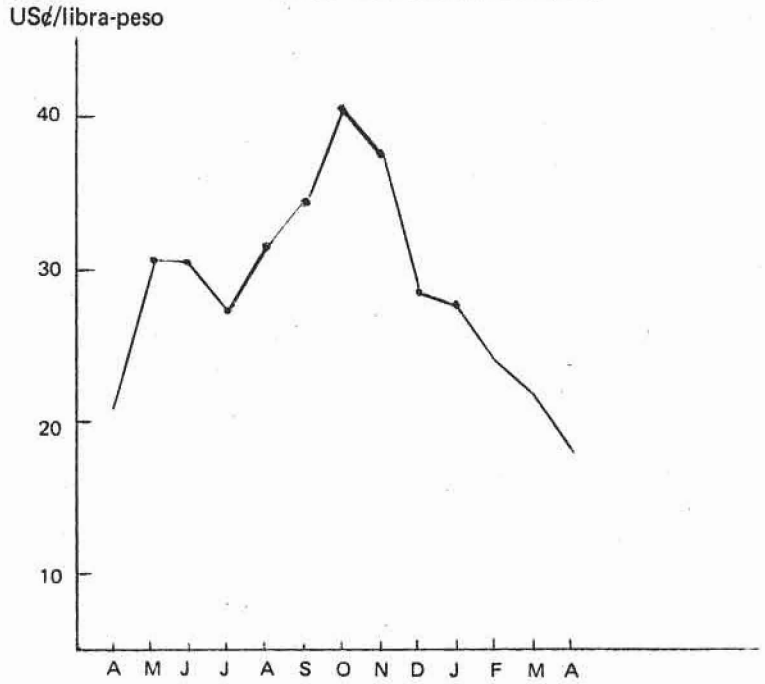
Conforme pode ser observado no Gráfico 1, a cotação do produto, após ter atingido um nível superior a US¢ 40/libra-peso em outubro, passou a sofrer forte depressão, não mais apresentando qualquer sinal de recuperação.

A sustentação do preço do açúcar ao nível alcançado há seis meses atrás era tida como improvável, na medida em que se previa um gradativo restabelecimento da capacidade de produção de alguns países, como a URSS, Cuba, Índia e Filipinas, que tiveram problemas com suas safras em 1980. Ao mesmo tempo, as elevadas cotações favoreciam um maior plantio, principalmente entre os países europeus produtores de beterraba, tendo em vista a capacidade desta cultura de responder rapidamente aos estímulos de mercado.

O consumo, por seu turno, não poderia manter a mesma taxa de crescimento que vinha registrando. O exemplo mais importante dessa reação de mercado é a queda de 6,6% que se verificou no consumo norte-americano de açúcar, em 1980. Isto porque os preços elevados do produto passaram a desestimular sua demanda, enquanto crescia a procura de sucedâneos, entre os quais se destaca o xarope de milho. Somente nos Estados Unidos, está previsto, para o atual período, um acréscimo de 20% na utilização do xarope. Também o Japão, que se coloca como o terceiro maior importador mundial, deve, este ano, reduzir suas aquisições no mercado externo, devido não só ao acréscimo da produção doméstica de açúcar de beterraba, bem como pelo apoio que vem sendo dado internamente à

GRÁFICO 1

AÇÚCAR: Evolução das Cotações no Mercado Internacional 1980 - 1981 (1º Quadrimestre)



FONTE: ISO — Média de preços da OIA.

substituição do açúcar pelo xarope de milho.

Em que pesem as alterações que se processam no quadro de produção e consumo do açúcar no mercado mundial, as últimas estimativas mantém a previsão de que, em 1981, ainda ocorrerá um déficit de oferta em torno de 3,1 milhões de toneladas, o que obrigará a utilização de estoques estratégicos, para que a demanda pelo produto possa ser satisfeita. Neste sentido, diante da tendência de que os preços do açúcar não mais sofram os mesmos impulsos recebidos no ano passado, subsiste uma situação de escassez do produto, o que, por si só, eliminaria a possibilidade de pronunciadas quedas nas cotações.

Portanto, a explicação dos motivos que têm levado os preços do açúcar a um excessivo declínio, deve ter por base fatores não diretamente relacionados com a real situação da produção e do consumo mundiais do produto.

Um primeiro fator é a elevação das taxas de juros, que estaria obrigando os compradores a se retraírem, efetuando somente a compra dos volumes mínimos necessários, inibindo as negociações especulativas. Um outro motivo para as quedas bruscas nos preços estaria ligado às vultosas vendas que a Comunidade Econômica Européia vem realizando, com o objetivo de liquidar um estoque avaliado em 1 milhão de toneladas.

Um outro aspecto que merece ser analisado é a atual vigência de mecanismos estabilizadores do Acordo Internacional do Açúcar, através da imposição de normas restritivas à exportação do produto. A primeira destas restrições, que limitou as exportações de açúcar para países não signatários do Acordo, teve efeitos mínimos, haja visto que a maioria dos importadores de açúcar demerara constitui-se de membros do Acordo, enquanto a CEE, um dos principais exportadores de açúcar branco, não se submete a estas limitações, uma vez que não está vinculada ao Convênio. Uma segunda medida foi a fixação de quotas de exportação para os países membros, tornada obrigatória após se completarem cinco dias consecutivos em que a média-móvel quinzenal de preços, publicada pela Organização Internacional do Açúcar, ficou abaixo de US¢ 16/libra-peso. Embora o objetivo desta medida seja restringir as exportações dos países membros a quotas pré-fixadas, questiona-se sua efetividade, tendo em vista que a redução no volume total ofertado não deverá ser significativa.

Quanto à pauta de exportações brasileira, em que o açúcar foi, no ano passado, um dos mais expressivos participantes, é necessário que se estabeleça uma estratégia de enfrentamento da situação adversa que ora prevalece no mercado mundial. Caso persista a imposição do sistema de quotas de exportação aos países membros do Acordo do Açúcar, o Brasil terá que limitar suas exportações no período correspondente à safra 1981/82. De qualquer maneira, devem ser reexaminadas as metas para a exportação brasileira, prevista para a próxima safra, em virtude dos reflexos negativos que esta intenção de vendas provoca no mercado. A faculdade de utilização de matéria-prima para a produção de álcool, se bem manipulada, pode vir a exercer um papel importante na estabilização dos preços externos em nível compensador.

ALGODÃO

Tentativas de recuperação do mercado ainda não surtiram efeito

A partir de meados de novembro do ano passado, os preços do algodão em pluma, cotados no mercado a termo da Bolsa de Mercadorias de São Paulo, começaram a apresentar movimentos menores de alta e, desde o último mês de janeiro, entraram em rápido descenso (ver Gráfico 1). As razões que nortearam a lassidão do mercado nestes primeiros meses do ano encontram-se basicamente ligadas ao comportamento da demanda pelo produto.

Realmente, desde o segundo semestre do ano passado, a indústria têxtil vem-se deparando com dificuldades na exportação e na colocação de seus produtos no mercado interno. Estas se deveram aos elevados preços internos do algodão no ano passado e à defasagem cambial, fatores cruciais para a perda da competitividade dos têxteis brasileiros

GRÁFICO 1

ALGODÃO EM PLUMA: Média Mensal das Cotações de Fechamento — 1º Futuro no Mercado a Termo da Bolsa de Mercadorias de São Paulo
Dezembro de 1979 à Abril de 1980
(em Cr$/@)



[1] Valores corrigidos para março de 1981 (IGP — Col. 2).
FONTE: Bolsa de Mercadorias de São Paulo.

no exterior que, aliás, já vinha sendo comprometida pela redução dos preços internacionais, mormente dos fios de algodão.

Simultaneamente, nada indicava que o mercado interno poderia tornar-se um consumidor para os produtos que deixaram de ser exportados. Isto porque a nova política salarial, que beneficia diretamente os setores do chamado "ramo mole" (alimentos e têxteis, basicamente) através do incremento do consumo, eleva, por outro lado, os custos dos produtos têxteis, ao majorar as folhas de pagamento das empresas.

Deste modo o preço final do produto, já afetado pela elevação das cotações da matéria-prima[1], acabou por inibir o aumento da demanda, que esta mesma política poderia engendrar, uma vez que o setor industrial buscou preservar sua margem de ganhos.

Além disso, o aperto creditício do fim do ano passado contribuiu fortemente para restringir a formação de estoques por parte das indústrias têxteis de segunda linha (confecções) e dos comerciantes atacadistas. Isto porque o setor industrial, que constituiu um nível bastante razoável de estoques de algodão durante o ano passado, diante da frouxidão do mercado a partir de janeiro último, desinteressou-se de aumentar sua demanda para a elevação dos estoques.

Com efeito, mesmo apresentando uma estimativa de demanda maior do que a de 1979 (570 mil t contra 535 mil t) as compras efetivadas pelas indústrias têxteis, a partir de outubro do ano passado, além de serem menores do que as do ano anterior, apresentaram quedas sistemáticas nos últimos três meses do ano, situação que não se verificou em 1979.

Da mesma maneira, a perspectiva de que se aprofunde o desaquecimento da economia tanto interna como internacionalmente, pelo menos nos seis primeiros meses deste ano, levou o setor industrial a estimar um volume de consumo de algodão no máximo igual ao do ano passado, cerca de 570/580 mil t. Como, segundo a CFP, a safra brasileira de algodão em pluma poderá elevar-se de 572 mil t produzidas no ano passado para 600 a 641 mil t, o superávit deste ano, se adicionarmos as 101 mil t remanescentes do ano comercial passado, resultaria num volume bastante elevado (equivalente à produção nordestina, cerca de 160 mil t), como se pode observar no Quadro 1.

Além da referida previsão de um volume maior de algodão excedente, a recuperação esperada na produção de fibras de melhor qualidade, escassas no ano passado, certamente contribuiu para a queda nas cotações do produto, em 1981.

No entanto, não foram só os chamados *fatores fundamentais* do mercado os responsáveis pela redução verificada nos preços. Algumas medidas de política econômica inibiram sua sustentação. Por exemplo, a liberação, em janeiro, do pedido de importação de 31,8 mil t de algodão pelo regime de *draw back* atuou como compressor adicional dos preços, ainda que tenham sido efetivamente importadas, até agora, não mais do que 3,5 mil t. Espera-se, inclusive, a não ocorrência de novas importações, embora permaneçam abertas as solicitações para o *draw back* de algodão. Além da previsão de maiores excedentes internos, os preços internacionais estão atualmente mais elevados do que os preços do produto posto São Paulo.

Também a elevação das taxas de juros dos EGF's para a região meridional, de 29% no ano passado para 65%, este ano, em nível de beneficiadores particulares e indústrias têxteis, reduziu a procura pela fibra, mesmo porque, em termos financeiros, não compensaria arcar com um custo de 5,7% ao mês, enquanto os preços baixam sistematicamente.

O resultado conjunto dos fatores analisados foi logo sentido pelos produtores. A expectativa de a safra meridional ser comercializada a Cr$ 800,00/@ para o algodão em caroço foi frustrada. O preço máximo até agora conseguido não ultrapassou Cr$ 600,00/@ . Como não se espera modificação na produtividade física da cultura, a receita líquida auferida já estaria, neste nível de preços, 8,5% inferior, em termos reais, ao ganho

[1] Os preços do algodão em pluma, cotados no mercado a termo da Bolsa de Mercadorias de São Paulo, para entrega imediata (primeiro futuro) elevaram-se nominalmente de janeiro a dezembro do ano passado em 217,5% enquanto a inflação em 1980 foi de 110,2%.

QUADRO 1

BRASIL: Estimativa do Balanço de Oferta e Demanda de Algodão em Pluma nos Anos Comerciais 1979/80 e 1980/81
(em mil t)

	1979/80	1980/81
A – Estoques Iniciais	117,0	101,0
B – Produção	572,0	600/641
Centro-Sul	450,0	464
Norte-Nordeste	122,0	136/177
C – Importações	2,0[1]	1,5[2]
D – Suprimento	691,0	702,5/743,5
E – Consumo	570,0	550,0/580,0
F – Exportação	13,0[3]	–
G – Excedente	108,0	122,5[5]/193,5[6]
H – Estoques de Segurança	118,0[4]	97[7]/92[8]
I – Estoques Finais	101,0	–
J – Excedente Exportável	–	25,5/101,5

FONTE: CPF (estoques, produção, consumo e estoques de segurança).
1 estimativa de particulares sobre o volume importado até 28 de fevereiro de 1981
2 idem, previsto para os meses de março, abril e maio deste ano
3 estimativa preliminar da Cacex de acordo com os pedidos em carteira até 28/02/81
4 suficiente para 2,5 meses de consumo
5 diferença entre o limite inferior do suprimento e o superior do consumo
6 diferença entre o limite superior do suprimento e o inferior do consumo
7 suficiente para 2 meses de consumo de 580 mil t/ano
8 suficiente para 2 meses de consumo de 550 mil t/ano
NOTA: A produção da região meridional (Centro-Sul) inclui a estimativa do estado da Bahia. O ano comercial de algodão em pluma é de 1º de março a 28 de fevereiro.

obtido na safra meridional passada.

Com o propósito de recuperar o mercado, algumas medidas foram tomadas, em meados de março deste ano. Contudo, tais medidas, até agora, pouco resultaram para uma efetiva sustentação dos preços do algodão em pluma. No máximo, pode-se dizer que elas impediram uma queda ainda maior.

As cotações do primeiro futuro, para entrega imediata, na Bolsa de Mercadorias de São Paulo, caíram de Cr$ 2.388,00/@ para Cr$ 1.661,00/@, entre janeiro e abril últimos, conforme espelha o Gráfico 1.

A primeira destas medidas foi o rebaixamento dos juros dos EGF's de 65% para 50%. Tal fato, entretanto, não provocou alterações no ânimo de beneficiadores e industriais, no sentido de uma suficiente contratação de EGF's.

A retomada do subsídio às exportações de têxteis, através da concessão do crédito-prêmio de IPI, poderia fortalecer a procura pelo algodão, se a defasagem cambial não fosse tão grande e se o perigo de retaliação por parte dos nossos principais clientes internacionais não fosse tão iminente. Quanto a esta segunda ressalva, o governo brasileiro já baixou uma medida compensatória interna, através da cobrança de um Imposto de Exportação, no mesmo montante do incentivo fiscal, para impedir que tal medida fosse adotada pelos EUA. Resta saber de que maneira as exportações de têxteis àquele país (que absorve cerca de 17%, em valor, dos nossos produtos) poderão ser estimuladas daqui para a frente, haja vista a recessão que vem afetando o setor têxtil norte-americano.

Quanto à defasagem cambial, estima-se, de novembro de 1979, quando ocorreu a maxidesvalorização do cruzeiro, até março deste ano, uma diferença de aproximadamente 55% entre a desvalorização cambial efetiva e a que deveria ocorrer para manter a paridade entre a inflação externa e a interna[2]. O incentivo do crédito-prêmio do IPI rebaixou tal diferença para 40%, não existindo, atualmente, sinais de que as autoridades governamentais promovam mudanças de maior impacto na política cambial.

Outra medida adotada foi a eliminação do Imposto de Exportação, que ainda incidia sobre as melhores fibras de algodão, pela constatação da existência de uma certa folga no balanço oferta/demanda dessas fibras. Entretanto, mesmo com a suspensão de tal imposto, o algodão brasileiro continua gravoso na exportação, impedindo uma maior desova do excedente. Tal situação culminou com o pedido encaminhado aos governos estaduais para isentar o algodão do ICM na exportação, à semelhança do que ocorreu com a carne bovina.

É bem possível, contudo, que nenhuma medida venha a ser tomada, pois a gravosidade hoje existente poderá ser eliminada com as desvalorizações na taxa de câmbio no curto prazo. Tal situação pode ocorrer, pois não se vislumbram movimentos altistas nos preços internacionais do algodão.

Utilizando os dados da CFP, existiriam, no mínimo, 25 mil t do produto a serem exportadas, se considerarmos os limites inferior e superior das estimativas de produção e consumo, respectivamente, e, no máximo, cerca de 100 mil t. Para tais estimativas, a CFP levou em conta a permanência de um estoque mínimo de segurança equivalente a dois meses de consumo (ver Quadro 1).

O excedente exportável, contudo, depara-se com algumas dificuldades para ser totalmente absorvido pelo mercado internacional. De fato, mesmo que o diferencial de preços existente entre o produto brasileiro e a média dos cinco menores preços praticados pelos diversos países na Bolsa de Liverpool, tenda a ser eliminado paulatinamente, o algodão nacional ainda seria oferecido a preços maiores do que os tipos paquistaneses, russos e turcos que, este ano, estariam sendo mais procurados por nossos tradicionais compradores (Extremo Oriente)[3]. Além do mais, com exceção da China e da Indonésia, os

[2] 79,9% – 134,95% = -55,05%. A paridade é calculada pela seguinte expressão: Inflação brasileira dividida pela inflação norte-americana, ambas medidas pelo Índice de Preços por Atacado.

[3] A Ásia Oriental absorve cerca de 75% das exportações brasileiras de algodão em pluma.

demais países asiáticos estão com estimativas de menor consumo este ano.

Quanto à Europa Ocidental, que absorve praticamente o restante das exportações brasileiras, ainda está sendo afetada por retrações no desempenho de sua economia.

Sendo assim, para que o Brasil obtivesse êxito na colocação externa do algodão, seria necessário que seu produto ao menos se tornasse competitivo.

É importante a adequação do nível de exportação do excedente brasileiro de algodão, para que os preços não despenquem ainda mais no final do mês de maio, quando vencem os contratos do crédito de custeio efetuados pelos produtores da região meridional.

Há, contudo, um fator que poderá modificar a tendência do mercado, juntamente com a possibilidade de alguma garantia de exportação: a confirmação de quebra na safra setentrional, em virtude da proliferação de lagartas, gerada pelas irregularidades climáticas do Nordeste.

Como esta região normalmente não é afetada pelo ataque de pragas e, por razões econômicas, o uso de defensivos é praticamente nulo, é provável que a lavoura fique bastante prejudicada, dependendo do grau de incidência das lagartas. Se isto ocorrer, algumas indústrias do Nordeste poderão direcionar seus pedidos de compras à região Centro-Sul, ativando, desta forma o mercado de algodão. Talvez possam, inclusive, provocar alguma recuperação futura nos preços.

ARROZ

Novo balanço da safra desaconselha exportações

Mais uma vez, o comportamento do clima, em algumas regiões, acarretará sensível redução na safra de arroz. A estiagem ocorrida nas primeiras semanas do ano provocou perdas em todos os estados nordestinos e nos estados centrais. No Nordeste, as quebras foram elevadas em todas as áreas produtoras, mas o grande desfalque na oferta deste ano virá do Maranhão, cuja contribuição esperada para o volume final da colheita brasileira girava em torno de 1,5 milhão de toneladas, 15,5% das primeiras estimativas da safra 1980/81, então avaliada em 9,65 milhões de t.

Embora o pico da colheita do arroz maranhense dê-se no mês de maio, já se sabe que as chuvas que sucederam a estiagem, em abril, não foram suficientes para a recuperação da lavoura. De fato, a FIBGE previa, em março, que a quebra atingiria 31% do resultado esperado e, acompanhando a evolução do clima nas últimas semanas, elevou sua estimativa de perdas para, aproximadamente, 33,5%, no corrente mês. Esta última avaliação reduz a colheita do estado a 1,06 milhão de t, volume que, ainda assim, não prejudica sua tradicional condição de exportador líquido do cereal para os demais estados do Norte/Nordeste. Com efeito, a comercialização tem sido boa e o nível de preços favorável, levando a que parcelas do arroz goiano, de preços inferiores, venham sendo transferidas para empresas maranhenses.

A orizicultura goiana, aliás, foi ainda mais atingida pela estiagem. Até recentemente, a CEPA daquele estado estimava as perdas em 50% da safra. No entanto, uma reconsideração da extensão da área plantada do arroz de sequeiro permitiu reduzir a amplitude da quebra a 40% do inicialmente esperado para a colheita. Assim, a Secretaria de Agricultura daquele estado calcula a dimensão da safra atual ao redor de 870 mil t, com uma produtividade de apenas 925 kg/ha. Simultaneamente, a Comissão de Financiamento da Produção avalia a safra goiana em 995 mil t. Quanto à área, dos 1,342 milhão de hectares plantados com arroz de sequeiro, serão colhidos apenas 940 mil ha, segundo a CEPA. O arroz irrigado, ínfima parcela da produção estadual, não foi afetado e será colhida a totalidade de seus 18 mil ha, que propiciarão um volume de 63 mil t de arroz em casca.

Esses dados, associados ao bom desempenho da orizicultura gaúcha nesta safra (espera-se uma colheita recorde de 2,475 milhões de t), servem para reafirmar a importância das diretrizes traçadas pela Embrapa, no Programa Nacional de Pesquisa de Arroz. Segundo este programa, deve-se aprimorar a tecnologia utilizada no plantio de arroz de sequeiro em re-

giões de maior risco climático (sul de Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Paraná) e incentivar o cultivo do cereal em áreas de menor risco (partes do Maranhão, Goiás, Mato Grosso, Pará, Amazonas, Acre e o território de Rondônia).

O vasto potencial de utilização das várzeas irrigáveis, no país, onde ocupam uma área de aproximadamente 30 milhões de hectares, inclui-se entre os objetivos do programa.

Evidentemente, tratam-se de linhas gerais de atuação, principalmente no que se refere ao plantio de sequeiro, atividade que implica menor custo de produção e cuja grande disseminação está associada a sua utilidade econômica, reduzindo os custos de desmatamento e preparação de pastagens. Por seu peso no total da produção orizícola, o plantio de sequeiro não pode ser simplesmente desincentivado, embora possa, e deva, ser melhor orientado.

Em termos de abastecimento, parece lícito supor que o consumidor final do produto não será prejudicado (ver **Agroanalysis**, vol. 5, nº 3). De fato, a posição dos estoques em mãos do governo e de particulares ainda é confortável, esperando-se que o estoque remanescente da atual safra venha superar ligeiramente 1 milhão de toneladas. Tal número transforma recente informação do USDA, de que o

QUADRO 1

BRASIL — Produtos Selecionados: Evolução Percentual da Produção e dos Preços Médios Recebidos pelos Produtores — 1979/80 em Relação a 1978/79

Produtos	Produção (1.000 t) 1979	1980	Evolução da Produção (%)	Evolução do Preço (%) Nominal	Real
Batata	2.154	1.932	- 11	309,5	199,3
Feijão	2.298	1.895	- 18	254,4	144,2
Cana-de-açúcar	139.337	145.524	4	110,8	0,6
Milho	16.457	20.212	23	97,2	- 13,0
Algodão em caroço	1.632	1.669	2	90,2	- 20,0
Tomate	1.501	1.611	7	85,0	- 25,2
Arroz em casca	7.589	9.638	27	83,3	- 26,9

Obs.: A evolução do preço real foi calculada mediante a comparação da evolução do preço nominal com a taxa de inflação de 1980, de 110,2%.
FONTE: CEA/FGV, IBGE, CFP.

Brasil adquiriria 250 mil t do produto no exterior, num posicionamento bastante pessimista, quanto à disponibilidade interna do cereal.

Por outro lado, a expectativa de exportadores brasileiros de que o governo federal autorizaria exportações de arroz, em 1981, peca pelo outro extremo, bastante otimista. Embora não seja impossível a efetuação de vendas do produto gaúcho, por exemplo, bem cotado internacionalmente, o balanço entre a oferta e a demanda doméstica do cereal não aconselha tais operações.

Realmente, apesar de a CFP estar estimando que a safra 1980/81 proporcionará 9,1 milhões de toneladas, o número final poderá ser ainda menor. Conforme exposto anteriormente, os resultados obtidos nos estados do Maranhão e de Goiás já significarão um recuo próximo a 1 milhão de t, na oferta deste ano, em relação às primeiras estimativas. Outros estados tiveram suas safras de arroz reavaliadas para menos, nos últimos meses, destacando-se Minas Gerais (em janeiro, a CFP calculava uma produção de arroz entre 906 e 948 mil t e, agora, espera 713 mil t), afetada pela estiagem, e Mato Grosso do Sul (-70 mil t), cuja área plantada se reduziu.

Cabe observar que se, à semelhança de 1980, os estoques existentes no país (o estoque remanescente da safra 1979/80 está avaliado em 1,64 milhão de t) não permitirem altas excessivas nos preços do produto, os orizicultores não se sentirão estimulados a novos investimentos em suas lavouras, no plantio da próxima safra.

O Quadro 1 permite ver que, já no ano passado, os produtores de arroz colocaram-se em sétimo lugar, em termos de elevação dos preços médios recebidos por suas safras, no país, segundo dados do Centro de Estudos Agrícolas, da Fundação Getúlio Vargas. Observe-se, no referido Quadro, que o milho, principal competidor por área, com o arroz, apresentou melhor desempenho, mesmo com uma safra relativamente volumosa.

Diante de uma situação de estabilidade no mercado, como a que se antevê para 1981, as autoridades governamentais deverão pautar sua política de abastecimento pelo duplo cuidado de não permitir pressões inflacionárias e de não comprimir excessivamente a rentabilidade do produtor.

CAFÉ

Elevado resultado da safra 1981/82 criará alguns problemas

A expectativa quanto à divulgação do Plano de Safra 1981/82 monopolizou as atenções do mercado cafeeiro do país nas últimas semanas, principalmente quanto ao nível em que será fixado o novo preço de garantia. Pressões e contra-pressões se sucedem, oriundas de diversos segmentos. Enquanto isso, as autoridades governamentais viram-se obrigadas a adiar a divulgação do Plano, indicando, implicitamente, a dimensão das dificuldades encontradas para preservar um mínimo de rentabilidade ao produtor numa conjuntura de escassez de recursos públicos.

Produtores e comerciantes de café argumentam que os custos de produção são hoje elevados e, portanto, o preço de garantia deveria ser de, pelo menos, Cr$ 11.000/saca, no início da safra. O governo, por seu turno, descarta esta possibilidade. Autoridades federais já declararam, mais de uma vez, que os valores pretendidos pelos produtores são "absurdos", contestando, como irreais, as estimativas de custo por eles apresentadas.

O pano de fundo desta discussão é formado, obviamente, pela certeza de que a colheita brasileira de 1981/82 será elevada (32,1 milhões de sacas, segundo o IBC) e pela perspectiva de que as cotações internacionais a médio prazo, permanecerão reduzidas. Em conseqüência, os produtores buscam obter um piso satisfatório para os preços internos. Por sua vez, o governo teme que, aprovando um preço de garantia elevado, esteja criando, involuntariamente, um novo obstáculo para a pretendida expansão das exportações brasileiras. Isto ocorrerá caso a tendência baixista do mercado internacional, conforme previsto, se agrave no final do ano. A propósito, o valor líquido recebido pelo exportador por saca vendida, segundo informações da praça

santista, já se situava, na primeira quinzena de maio, entre Cr$ 6.100 e Cr$ 6.500, enquanto os preços do mercado para cafés de qualidade correspondente se aproximavam de Cr$ 6.700/saca.

Mas a principal preocupação governamental, com relação à definição do preço de garantia, está associada à conjuntura inflacionária interna, a qual vem determinando um controle rígido da alocação dos recursos federais. É, aliás, justamente com as autoridades da área monetária que a estimativa de custos apresentada pelos produtores vem enfrentando maior resistência. Isto porque o próprio governo espera que as aquisições do IBC no período 1981/82 sejam elevadas. Várias fontes estimam essas compras oficiais entre 5 e 8 milhões de sacas. Caso fosse aprovado um preço de garantia de Cr$ 11.000/saca, conforme proposto pelos agricultores, os custos das aquisições do IBC se situariam entre Cr$ 55 e Cr$ 88 bilhões. É preciso não esquecer, ainda, que nesta estimativa, não estão incluídos os custos do financiamento para estocagem e que as despesas não poderão ser custeadas com recursos provindos do confisco cambial. Na sua quase totalidade esses recursos, estão comprometidos pela política de descontos de preços aos importadores que o IBC adotou desde fins de 1979, como forma de aumentar as exportações brasileiras.

A fim de minimizar os dispêndios federais relativos ao café, comenta-se no mercado que o governo adotaria um preço de garantia igual ou inferior a Cr$ 8.800/sc, a vigorar a partir de julho próximo. Além disso, procuraria estabelecer um sistema de financiamento que, conjugado a uma escala crescente de preços de garantia, induzisse o produtor a recorrer ao direito de vender ao IBC somente após janeiro de 1982. Assim, o governo seria obrigado a dispender maiores recursos para financiamento do estoque privado em 1981, mas transferiria para 1982 os elevados gastos com a formação do estoque oficial.

Esta estratégia, se adotada, terá um efeito fortemente baixista sobre os preços internos e externos do café. Permaneceria em mercado, durante pelo menos seis meses, uma elevada quantidade de produto que não encontraria colocação no Brasil ou no exterior. Além disso, a definição do nível do preço de garantia, a vigorar a partir de janeiro do próximo ano, é de extrema complexidade. Se o IBC não quiser correr o risco de adquirir café brasileiro a preços superiores aos do mercado internacional, terá que prever hoje, e com acerto, o efeito sobre os preços de diversos fatores que ocorrerão até o final do ano. Por exemplo, terá que prever hoje o tom em que transcorrerão as negociações entre países produtores pela disputa de cotas maiores no Acordo Internacional do Café. Além disso, terá de estimar os níveis de preços que serão estabelecidos na reunião da OIC entre produtores e consumidores em setembro próximo, isto, é claro, caso possível renovar o Acordo.

É também cogitada no mercado uma outra hipótese de intervenção governamental. Neste caso, o IBC procuraria compor seu estoque durante o segundo semestre de 1981, enxugando o mercado interno, o que teria o efeito de sustentar as cotações em cruzeiros e o de reduzir os efeitos baixistas da próxima grande safra, a ser colhida no Brasil. No entanto, poucos acreditam que esta alternativa seja implementada em razão da resistência que vem encontrando, principalmente, junto às autoridades da área monetária.

FEIJÃO

A importância da terceira safra

O segundo trimestre é o período em que, todos os anos, delineiam-se as expectativas mais concretas quanto à situação do abastecimento de feijão no país, ao longo do ano. Isto porque, entre abril e junho, não apenas termina a colheita da safra da seca no Centro-Sul, como, também, definem-se os contornos da safra nordestina, influenciados pela ocorrência, ou não, de chuvas, no período janeiro-abril.

Dados oficiais, divulgados no final de março passado, davam conta de que tinham sido produzidas 1,274 milhão de t de feijão na safra

das águas 1980/81. A partir desta informação, viu-se que haveria a necessidade de se produzirem 1,226 milhão de t de feijão na safra da seca, de modo a satisfazer o consumo (estimado em 2,5 milhões de t). Simultaneamente, porém, intensificaram-se as notícias de falta de chuvas no Nordeste, importante região produtora desta safra, comprometendo a estimativa de março, que dava conta de uma produção total de 1,18 milhão de t na safra da seca.

Preocupado com a provável discrepância entre a necessidade de abastecimento e a real capacidade de produção, o governo federal traçou as diretrizes do Programa de Estímulos Adicionais ao Plantio de Feijão em 1981, lançado no início de abril. Tal programa visa, no curtíssimo prazo, à introdução de uma terceira safra da leguminosa no país, a qual, em princípio, engrossaria em mais 200 a 250 mil t a oferta estimada do produto este ano.

Desta vez, porém, para que não se repitam os erros cometidos, há pouco mais de um ano, com o *pacote do feijão*, o governo, buscará incentivar a ocupação das várzeas brasileiras com o cultivo da leguminosa. Com este fim, foram estabelecidas taxas de juros para custeio* inferiores às da Resolução 671 do Banco Central, além de taxas fixas de juros para a compra de máquinas e equipamentos e vários outros benefícios.

Embora tal esforço de produção seja louvável, parece bastante ambiciosa a pretensão de que esta terceira safra possibilite ao país a colheita da quantidade de feijão efetivamente requerida para uma precária estabilidade do abastecimento. Isto porque nem todas as áreas de várzeas poderão adequar-se ao plantio nesta época do ano. No sul do país, por exemplo, as baixas temperaturas atuarão como fator proibitivo de um terceiro plantio. Desta maneira, a exploração desta nova safra ficaria restrita, principalmente, aos estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás, salientando-se o projeto paulista, aprovado três meses antes do programa de nível nacional e sustentado pela tradição que o estado já possui no cultivo do feijão de inverno.

De qualquer forma, a existência de uma terceira safra da leguminosa poderá ser decisiva para que seja atendido o consumo estimado para este ano. Com efeito, não só os primeiros resultados da safra da seca já dão conta de uma quebra de 36% na produção da região Sul como, também, é possível que a safra das águas venha a sofrer uma revisão para menos, em razão das mais recentes reavaliações estaduais de produção. Resta, tão somente, esperar que a safra nordestina ainda consiga alcançar cifras que possibilitem à produção nacional da safra da seca alcançar pelo menos, 1,1 milhão de t. Expectativa de difícil consecução, se consideradas as condições climáticas que vêm imperando naquela região.

* desde que o financiamento seja solicitado até 30/06/81, as taxas máximas para médios e grandes produtores serão de 30% nas áreas da Sudam/Sudene e de 33% nas demais regiões.

Impresso na 
COMPANHIA
BRASILEIRA DE
ARTES
GRAFICAS
RUA RIACHUELO ,128
TEL. 222-3359

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal: 9.052 – ZC–02
Tel.: 551-1542
CEP: 22.250 – Rio de Janeiro – RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Carlos Medeiros Silva, Eugenio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, José Joaquim de Sá Freire Alvim e Octávio Gouvêa de Bulhões

CONSELHO CURADOR
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: João Carlos Vital
Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Neto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cezar Reis de Cantanhede e Almeida, Estado de São Paulo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, José de Nazaré Teixeira Dias, Embaixador Manoel Pio Corrêa Jr., Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier, Rubens d'Almada Horta Pôrto, Theodoro Arthou.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen
Membros: Eugenio Gudin, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mario Henrique Simonsen
Assessor de Direção: Jorge Kingston

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social:
Diretor: Angelo Jorge de Souza
Centro de Contas Nacionais: Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatística e Econometria:
Diretor: Janes Angelo de Souza
Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica: Roberto Maia de C. Abib
Centro de Processamento de Dados – Eugênio Decourt
Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional – Antônio Carlos Lemgruber

Não sendo encontrado o destinatário, devolver ao
GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRICOLA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Av. Gomes Freire, 647 -- 10º andar
ZC-58 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL